economia

Mudança de tom é positiva, mas ainda insuficiente

Apesar das críticas, o pronunciamento não foi interpretado de maneira inteiramente negativa. O economista Gustavo Inácio de Moraes, professor da Escola de Negócios da Pucrs, considera importante que o presidente tenha reconhecido publicamente a necessidade de buscar o equilíbrio fiscal.

Segundo ele, uma política capaz de estabilizar a dívida contribuiria para reduzir as taxas exigidas pelos investidores na compra de títulos públicos, diminuindo o custo de financiamento do próprio governo. "Isso também contribuiria para reduzir as taxas de juros exigidas pelo mercado na rolagem dos títulos do Tesouro Nacional, algo especialmente importante neste momento de incerteza", explica.

O professor pondera, contudo, que o reconhecimento do problema não significa que exista uma estratégia definida para resolvê-lo. Ele lembra que o arcabouço fiscal foi concebido em 2023, mas avalia que a condução das contas públicas nos últimos três anos não conseguiu estabelecer uma trajetória suficientemente convincente de equilíbrio fiscal.

Já para o gestor de portfólio da GCB Investimentos Rafael Espinoso, a mudança de postura do presidente parece estar mais relacionada à deterioração do ambiente econômico do que a uma transformação efetiva na condução da política fiscal. "O problema não está na falta de diagnóstico, mas na ausência de ação. Ao longo dos últimos anos, o governo evitou discutir medidas estruturais de contenção de despesas e concentrou seus esforços no aumento da arrecadação", critica.

A cobrança ganha relevância diante das promessas apresentadas pelo presidente no próprio pronunciamento. Além de defender a ampliação dos investimentos, Lula reafirmou propostas como a eliminação dos tributos sobre produtos da cesta básica e o envio ao Congresso de uma iniciativa para zerar as tarifas do transporte público aos finais de semana.

Espinoso alerta que, sem uma resposta consistente para o crescimento dos gastos, "as dúvidas sobre a capacidade do governo de estabilizar a dívida continuarão influenciando as decisões dos investidores".



REPRODUÇÃO/DIVULGAÇÃO/JC



Em pronunciamento domingo, presidente reafirmou compromissos de campanha e prometeu preservar regras fiscais

Mercado cobra medidas concretas para conter dívida

Analistas aguardam plano para gastos e definição da equipe econômica

/ MERCADO FINANCEIRO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O discurso de responsabilidade fiscal adotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pronunciamento à nação na noite de domingo foi recebido com cautela pelo mercado financeiro. Embora o reconhecimento da necessidade de controlar a dívida pública tenha sido considerado um sinal positivo, a ausência de medidas concretas para equilibrar as contas do governo manteve a desconfiança dos investidores.

A avaliação predominante entre economistas e especialistas é de que, mais do que promessas, o Palácio do Planalto precisará apresentar um plano capaz de conciliar a manutenção de programas sociais, a ampliação dos investimentos e o controle das despesas públicas.

Em sua primeira manifestação à nação após a reeleição, Lula reafirmou compromissos de campanha e prometeu preservar as regras fiscais. Também demonstrou preocupação com o endividamento do País e com o patamar elevado dos juros, defendendo a criação de condições para reduzir as taxas e estimular a atividade econômica. O presidente, porém, não detalhou como pretende alcançar esses objetivos, justamente o ponto que concentra as principais dúvidas do mercado.

Para o economista e conselheiro da Ável Alcindo Costa Canto Neto, a principal contradição está na tentativa de conciliar compromissos que exigem mais recursos públicos com a promessa de maior austeridade.

"O mercado recebe essas sinalizações com ceticismo, porque o presidente reafirma compromissos assumidos durante a campanha ao mesmo tempo em que destaca a importância da austeridade fiscal e da busca por superávit primário, sem detalhar as medidas que pretende adotar para conciliar esses objetivos", observa.

A indefinição sobre a equipe econômica também contribui para a cautela: os investidores aguardam o anúncio dos ministros que integrarão o próximo governo, especialmente o responsável pela Fazenda. Na avaliação de Canto Neto, a escolha poderá ajudar a esclarecer a direção da política econômica nos próximos quatro anos e dar credibilidade a um eventual programa de ajuste fiscal.

Uma das principais preocupações dos analistas está na relação entre o crescimento da dívida pública e o custo do crédito. Quando os investidores percebem maior risco de deterioração das contas do governo, tendem a exigir taxas mais elevadas para financiar o Tesouro Nacional. Esse movimento pode pressionar os juros futuros, dificultar o controle da inflação e encarecer empréstimos para empresas e consumidores.

O trader e especialista em dólar da Genial Investimentos Luan Aral avalia que o pronunciamento ficou aquém das expectativas justamente por não apresentar instrumentos para interromper o avanço do endividamento.

"O problema não está necessariamente na agenda social, mas na ausência de uma fonte clara de financiamento para essas despesas. Sem a credibilidade fiscal que o mercado espera, o prêmio de risco aumenta, o dólar permanece pressionado e os juros tendem a continuar elevados por mais tempo", afirma.

Aral também aponta uma distância entre a intenção de reduzir os juros, manifestada por Lula, e as condições econômicas necessárias para viabilizar esse movimento. A interrupção dos cortes da Selic, anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na última quarta-feira, é citada pelo especialista como um reflexo do ambiente de incerteza.

"O curioso é que o mercado não está cobrando boas intenções. Está cobrando números, metas e, principalmente, execução. E, até o momento, não é isso que estamos vendo", acrescenta.